

S  
UFRJ/IEI  
TD91

043951-7

de Federal do Rio de Janeiro

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 91

A "SUPERAÇÃO" DA TEORIA DO SUBDESENVOL-  
VIMENTO DA CEPAL. OS CAMINHOS DA CRÍTICA

Carlos Aguiar de Medeiros

1986

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



A "SUPERAÇÃO" DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DA CEPAL.  
OS CAMINHOS DA CRÍTICA

Carlos Aguiar de Medeiros



43 - 016324

FEA - UFRJ  
BIBLIOTECA

Data: 19 / 5 / 86

Nº Registro: 043951-7

ms 98311

5  
VFRS/IEI  
TD 91

FICHA CATALOGRÁFICA

Medeiros Aguiar, Carlos

A "Superação" da Teoria do Subdesenvolvimento  
da Cepal. Os Caminhos da Crítica.

-- Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia  
Industrial, 1984.

38 p. -- (Texto para Discussão; n.91)



APRESENTAÇÃO

Este texto foi escrito em dezembro de 1983 como projeto de tese do doutoramento a ser submetido ao Instituto de Economia da UNICAMP. Contudo, devido a diversas circunstâncias, o projeto não foi desenvolvido. Hoje, passados mais de dois anos, a tese está sendo retomada a partir de diversas modificações e delimitações temáticas. No entanto, a circulação do texto original, principalmente agora, quando se procura revisitar criticamente a teoria do desenvolvimento no âmbito do IEI, poderia apresentar algum interesse acadêmico.

## INTRODUÇÃO

Há uma dificuldade insanável entre qualquer versão da teoria do desenvolvimento e a capacidade interpretativa de um modelo puramente analítico. O mesmo poderia ser dito para os modelos puramente históricos. A articulação entre história e teoria (análise) é que faz do desenvolvimento econômico um objeto teórico sumamente complexo. Há sempre o entrecruzamento de dois discursos: pelo primeiro, congelamos temporariamente a história concreta e nos concentramos nos traços mais gerais capazes de definir uma totalidade - por exemplo, o sistema capitalista, suas leis internas, etc - pelo segundo, estamos interessados fundamentalmente nas "vias nacionais" do desenvolvimento, isto é, na especificidade que assume o capitalismo em determinado país ou região. A assim chamada teoria do desenvolvimento começa justamente quando se indaga se as especificidades, se as vias nacionais são racionalizáveis, inteligíveis em um quadro teórico mais geral. O movimento é, portanto, em busca de leis, regularidades, de redução da heterogeneidade em um quadro homogêneo. O seu ponto de partida é sempre o desenvolvimento desigual entre as

nações. O objeto aqui não é o capitalismo como um sistema econômico mas a forma específica que se deu o desenvolvimento em determinados países. O alvo, contudo, é encontrar uma determinação teórica para esta especificidade.

Sinteticamente, poderíamos dizer que a teoria do desenvolvimento, conforme é usualmente compreendida possui a pretensão de explicar mecanismos gerais que reproduzem certos elementos históricos e específicos do desenvolvimento em determinadas formações nacionais. Foi esta a intenção da CEPAL quando estudou a polaridade centro-periferia e o mecanismo da deteriorização dos termos de troca, ou das análises terceiro mundistas como as de S. Amin e A. Imanuel ou ainda, o desenvolvimento do subdesenvolvimento de G. Frank e as análises marxistas sobre o imperialismo, como a de Baran<sup>(1)</sup>.

Todas estas análises possuem algo em comum (fato que de forma alguma as iguala em termos de qualidade e consistência teórica). Pretendem explicar o fenômeno do atraso e do subdesenvolvimento através de mecanismos gerais que possuem regularidade e forças coercitivas como se fossem leis. Estes mecanismos criam determinadas formas do desenvolvimento periférico.

Como o que se quer problematizar são as formas específicas do desenvolvimento periférico, contrapõe-se a estas, formas supostamente universais ou, se quizer, tipos ideais. Este é um risco inevitável na teoria do desenvolvimento<sup>(2)</sup>. Contu-

do, como o seu objeto é sempre o estudo das especificidades de uma formação nacional, das classes sociais e do Estado nacional, superando, portanto, as formas puramente econômicas, pode-se minimizar o risco da comparação.

Estas observações teóricas são valiosas para situar a crítica e a superação da teoria da CEPAL. Em primeiro lugar, entendido o desenvolvimento econômico no sentido acima, temos que admitir que o pensamento crítico à CEPAL de um ponto de vista ortodoxo não possuía uma teoria do desenvolvimento. Este sempre se colocou de um ponto de vista mais globalista, avesso a qualquer teoria especial sobre o desenvolvimento econômico. Assim, para um autor crítico à economia da CEPAL como Eugenio Gudin<sup>(3)</sup> não havia um centro e uma periferia no sentido de conferir a esta última uma peculiaridade fundamental. Ao contrário, o decisivo seria reconhecer a universalidade dos mecanismos da economia de mercado. Não há, portanto, um problema especial do desenvolvimento e muito menos a necessidade de desenvolver uma teoria particular que dê conta de uma inexistente especificidade.

Um economista como Roberto Campos constitui inegavelmente, exemplo de uma postura distinta da anterior mas, em um certo sentido, convergente com ela. Para o antigo diretor do BNDE o subdesenvolvimento requeria uma certa taxa de intervenção pública - dado a debilidade da iniciativa privada - principalmente para promover a "intensificação de investimentos chaves"<sup>(4)</sup>. Contudo, esta intervenção pública não poderia

atropelar a função empresarial em nome de um desenvolvimento a qualquer preço. Este foi o seu tema constante durante os anos 50 e principalmente no início dos anos 60. Os teóricos "estruturalistas" teimavam em desconsiderar, avaliava Campos, que afinal, a estabilidade da moeda, o equilíbrio fiscal, a produtividade do trabalho, constituíam limites, constringimentos, que, se atropelados pelo Estado desenvolvimentista, promoveriam não o desenvolvimento, mas a morte da função empresarial.

Assim é que a crítica de um ponto de vista mais ortodoxo ao pensamento reformista da CEPAL, sempre se pautou pela afirmação dos traços mais gerais da economia brasileira, pela ênfase no mercado como mecanismo regulador e pela recusa em conferir ao subdesenvolvimento um estatuto teórico especial.

Esta demarcação é crucial por revelar que em primeiro lugar, o pensamento da CEPAL possuía uma visão sobre o desenvolvimento latino-americano entendido como um desenvolvimento específico, movido por certas leis próprias (4). Estas leis faziam do Estado e do seu filho mais pródigo - o técnico desenvolvimentista - o ator central do desenvolvimento. Em segundo lugar, deve estar claro que o pensamento conservador não possuía uma teoria especial do desenvolvimento. Para este, o dilema do desenvolvimento brasileiro não se diferia basicamente do desenvolvimento em geral. Este fato só era obscurecido pelo fato de que o Estado e o seu filho dileto - o político populista - atropelavam a economia, criando profundas distorções.

O Estado nacional, o principal sujeito do desenvolvimento econômico - conforme era percebido pela escola da CEPAL - deveria forçar o sistema econômico para novos canais (como o empresário inovador shumpeteriano) que desembocavam na industrialização. A superação do subdesenvolvimento, vale dizer, da heterogeneidade estrutural e da especialização (5), era assim a consequência da industrialização dirigida pelo Estado.

Foi a desmistificação desta utopia, personificada sobretudo pelas economias brasileiras e mexicanas nos anos 60 e 70 que determinou a revisão e superação do paradigma da CEPAL.

Como se sabe, os anos 60 e 70 foram marcados por diversas rupturas: - no plano material ocorreu nos principais países da A.Latina, mas sobretudo no Brasil e México, a consolidação da indústria pesada e de bens de consumo duráveis; - no plano político ideológico deu-se a ruptura com as alianças de classe tradicionais e sua expressão política no populismo (6); - no plano teórico ideológico, rompeu-se com a ideologia do populismo desenvolvimentista passando-se a enfatizar as condições tipicamente capitalistas do desenvolvimento (sobretudo a oposição salário e lucro). Esta ruptura significou entre os economistas e sociólogos uma revisão do paradigma teórico da CEPAL.

No fundo, o que supera a CEPAL é a combinação - a seu ver teoricamente inexplicável - entre industrialização progressiva e o perfil altamente concentrado da renda, entre crescimento industrial e heterogeneidade ou ainda, entre desenvolvi-

mento urbano industrial e latifúndio.

Os obstáculos estruturais, como eram chamados nos anos 60, não foram removidos e nem por isto a reversão cíclica deixou de ocorrer, engendrando o maior auge cíclico da história econômica de países como o México e o Brasil. Por outro lado, os grupos que historicamente defenderam a indústria e, particularmente os técnicos desenvolvimentistas, ou foram derrotados politicamente (como por exemplo Celso Furtado) ou passaram a realizar novos alinhamentos políticos mais conservadores em um quadro de ortodoxia e austeridade (como foi o caso de Roberto Campos).

A industrialização afinal deslanchava-se, sem as reformas consideradas indispensáveis - como as constantes do programa de longo prazo do Plano Trienal de Celso Furtado - mas com outras reformas que, ao contrário do que se supunha ser indispensável, não alteravam minimamente a estrutura da propriedade, e enfatizava a necessidade de resgatar o mecanismo de mercado para o centro do funcionamento econômico (7).

A realidade parecia ser profundamente paradoxal. Em 1963, Prebisch (8), analisando a crise brasileira, denunciava o consumo suntuário dos bens do D2 (bens de consumo da classe capitalista na terminologia kalekiana) como um obstáculo ao desenvolvimento. A revolução brasileira de 64, devido ao seu discurso ideológico liberal-conservador e sua articulação política, foi interpretada por Furtado em 1967 (9) como econômica e politicamente regressiva. Para ele, o desdobramento previsi-

vel seria um lento crescimento com redução do investimento urbano em favor da agricultura. Em 1965, a expectativa de todo pensamento dos economistas de oposição era de que o PAEG não poderia logicamente dar certo pois aprofundaria a estagnação e o subconsumo (10).

Em 1964, Maria da Conceição Tavares e Aníbal Pinto desenvolveram uma visão profundamente pessimista sobre o futuro econômico da A. Latina. Em 1965, Aníbal Pinto (11) colocava como questões fundamentais a um posterior desenvolvimento latinoamericano a distribuição de renda e a heterogeneidade estrutural. Em 1966, Celso Furtado (12), - tendo por marco teórico os modelos keynesianos de crescimento - e partindo da hipótese da elevada concentração de renda, e alta relação capital/produto, considerava que a estagnação crônica era o resultado inevitável de todo o processo.

Assim, para os economistas nucleados em torno da CEPAL não parecia ser logicamente possível que houvesse um desenvolvimento industrializante sem que as reformas fundamentais se fizessem, muito menos que este desenvolvimento fosse baseado em uma indústria produtora de bens de consumo sofisticados em um quadro de miséria, concentração de renda e baixo índice de emprego industrial. Não é difícil entender, portanto, que a recessão cíclica que no Brasil se arrastou até 1967 fosse interpretada como uma estagnação crônica.

Em 1970, já com dois anos de forte crescimento, surge o clássico artigo de Tavares e Serra criticando a hipótese

estagnacionista<sup>(13)</sup>. Este artigo foi um marco para a tradição da CEPAL. Em resumo e essencialmente, o artigo afirmava a separação analítica entre dinamismo industrial e a resolução das questões estruturais das economias periféricas.

Contudo, antes de nos determos no objetivo central deste texto, devemos investigar a primeira grande reflexão crítica sobre o pensamento da CEPAL, ocorrida na segunda metade dos anos 60. Trata-se, como se sabe, da teoria da dependência, cujo texto mais importante é o de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto (1967)<sup>(14)</sup>. Este livro que se tornou um clássico, foi o primeiro esforço - nos marcos da tradição da CEPAL - de entender a industrialização ocorrida nos anos 50 e seus futuros desdobramentos como um processo compatível com a permanência de estruturas sociais arcaicas<sup>(15)</sup>. Com efeito, confundir a questão da industrialização com a problemática do desenvolvimento nacional (vale dizer, com a resolução dos problemas estruturais) parece ter sido um grande equívoco, na avaliação dos autores, de antiga tradição. Em um seminário em 1973<sup>(16)</sup>, Fernando Henrique comparou esta formulação com as dos narodnik russos do início do século. No fundo o que estaria por detrás desta formulação, seja na versão da CEPAL, seja nas versões mais radicais<sup>(17)</sup>, seria uma visão harmônica do desenvolvimento do capitalismo. Ora, o essencial era entender que o desenvolvimento latino-americano era um desenvolvimento capitalista a partir de uma situação periférica. Esta situação é que lhe conferia uma especificidade. A relação entre centro e periferia, pensada anteriormente como uma relação entre o interno (Nação) e o externo (o centro, o imperialismo) passa

a ser vista em um plano inteiramente distinto. O essencial é como "os interesses das economias centrais se articulam no interior dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais". Esta articulação "não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos, gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do Estado"<sup>(18)</sup>. Daí, a dinâmica não poder ser explicada pelos fatores externos mas pela determinação, em última instância, dos fatores internos.

Mas, afinal, qual é a especificidade deste tipo de capitalismo? O fundamental é a ênfase dada à questão dos centros de decisão<sup>(19)</sup>. O subdesenvolvimento passa a ser interpretado como uma situação de dependência. Esta situação não é estática mas se move de acordo com a evolução do capitalismo e as transformações na divisão internacional do trabalho. Assim, quando a América Latina entra na etapa industrial propriamente dita (a fase de internacionalização do mercado interno, segundo a expressão do autor), o faz tendo por agente motor a grande empresa internacional, o que limita qualquer possibilidade de um desenvolvimento alternativo, impondo uma lógica determinada pela expansão do capital em escala global. Este modelo de desenvolvimento passa a ser descrito como "dependente e associado".

A teoria da dependência deslocava, portanto, a questão da especificidade do desenvolvimento latino-americano do campo estritamente econômico - como eram as teses cepalinas

da heterogeneidade e especialização - para o campo das características sociais e políticas. Contudo, permaneciam alguns elementos intrigantes. Em primeiro lugar, ficava a questão sobre o impacto estritamente econômico de um modelo de industrialização dirigido pelas empresas multinacionais. A conclusão reconhecida expressamente ou não pelos teóricos da dependência, ora apontava para a dependência tecnológica (em seu sentido mais mercantil), ora para a sua variante industrial que era a não conclusão do parque industrial do setor de bens de produção. Afinal, esta imaturidade industrial permanecia sendo a base econômica da dependência.

Em segundo lugar, o desenvolvimento dependente e associado, por não refletir os anseios dos segmentos mais amplos da nação, por reproduzir o padrão de industrialização dos países centrais baseado fundamentalmente nos bens de consumo duráveis, possuía um caráter profundamente perverso do ponto de vista social.

Assim, o central da teoria da dependência era afirmar a viabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia. Tal viabilidade se dava a despeito da heterogeneidade, anacronismo e miséria das massas. No limite, mas não necessariamente, o estado autoritário aparecia como um desdobramento lógico<sup>(21)</sup>.

Podemos voltar agora para o "Além da Estagnação", artigo que conforme foi referido anteriormente, pode ser considerado um clássico. Aqui, o objetivo central dos autores foi fazer a crítica das versões estagnacionistas sobre o capitalis-

mo na América Latina na entrada dos anos 60. Para Tavares e Serra:

"Nossa idéia é que a crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode apresentar características bastante dinâmica e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do "modelo" substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social e concentração espacial, bem como o atraso de certos subsectores econômicos quanto aos níveis de produtividade". (op.cit., pg.157).

Assim, estão sendo considerados dois aspectos: de um lado, a crise dos anos 60 não constitui uma estagnação secular mas se anuncia como de transição de um padrão de acumulação a outro. Desde logo, vale considerar, que o Brasil, diferentemente de outras nações latino-americanas, conseguiu um grau de desenvolvimento industrial capaz de superar a etapa anterior. Outras nações ingressaram na crise sem ter uma estrutura industrial capaz de inaugurar um novo padrão; por outro lado, a transição não resolve, mas reforça, o caráter excludente e heterogêneo engendrados no modelo anterior.

Qual é afinal, a natureza deste novo padrão e, consequentemente, quais são os requisitos que tornam possível a transição?

Quanto à segunda questão, os autores não deixam mar-

gens para dúvidas: "A inexistência de um volume adequado de investimentos, capaz de assegurar a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica, não se relaciona estritamente com limitações na capacidade produtiva ... mas, sim com problemas relacionados com a estrutura da demanda e com o financiamento." (op.cit. pg. 168).

Quanto ao primeiro aspecto - a inadaptação da estrutura de demanda à estrutura da oferta - não há maiores novidades. Este sempre foi o ponto de Celso Furtado, autor a quem o "Além da Estagnação" se dirige enquanto paradigma do pensamento estagnacionista (22). Trata-se da conhecida tese da permanência do perfil concentrado da renda - cuja origem remonta ao complexo agrário-exportador - não alterado pelo desenvolvimento industrial.

Assim é que o dinamismo do novo padrão industrial - baseado sobretudo no crescimento do setor produtor de bens duráveis de consumo - requeriria uma alteração na composição da demanda "redistribuindo a renda pessoal e seus futuros incrementos 'para cima' a favor das camadas médias e altas e aumentando a relação excedente-salários através da compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados." (op.cit.pg.169).

Deste modo, alterando-se a estrutura da demanda e a estrutura financeira, foi possível superar o antigo modelo substitutivo de importações para um novo padrão de desenvolvimento industrial (23). Quais as características deste novo padrão

e quais os problemas não resolvidos no padrão anterior que permanecem no novo?

A questão chave para compreender o novo padrão é a articulação do Estado com as filiais das empresas transnacionais formando, na palavra dos autores, um "núcleo solidário de expansão". Este núcleo lidera um padrão de crescimento que tem na dependência seu aspecto constitutivo básico. Esta "nova dependência" (23) torna plenamente inteligível a conjugação entre industrialização e o aprofundamento das contradições sociais.

O capitalismo brasileiro ingressa na modernidade conjugando diversos padrões de acumulação. Em primeiro lugar há uma enorme faixa envolvendo a população marginal e a agricultura que se submetem a um padrão semelhante ao da acumulação primitiva. Este padrão cumpre a dupla função de ser depósito de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, se solidarizar com a expansão do setor moderno. Em segundo lugar, desenvolve-se o capitalismo industrial cuja especificidade é o alto diferencial entre produtividade e salários e o subsídio ao setor público. Por fim, desenvolveu-se mais recentemente formas financeiras de acumulação.

Assim, uma característica central deste capitalismo seria dada por um crescente quadro de heterogeneidade estrutural. Este aspecto constitui para os autores um elemento de extrema importância:

"Pensamos, a esse respeito, que no caso do Brasil, em bora possa existir um potencial produtivo suficiente para a homogeneização, a presença de outras características essenciais do funcionamento do capitalismo dependente subdesenvolvido tende a frear a generalização do processo de incorporação e difusão do progresso técnico" (24).

Quais são estas características?

Aqui teremos que retornar ao início da análise que, sinteticamente, poderíamos resumir da seguinte forma:

a) dado o ajustamento da demanda às condições de produção do departamento produtor de bens de consumo duráveis e a ação direcionada do Estado no mesmo sentido, o investimento tende a se concentrar no setor moderno que se mantém rentável;

b) dado que esta rentabilidade não é estável mas oscilante (resolvido por um processo permanente de desconcentração e reconcentração da renda) há momentos em que o excedente ultrapassa o setor moderno direcionando-se para outros setores. Mas esta difusão é restrita;

c) restrita sobretudo porque a homogeneização tecnológica - que se obteria com a generalização do investimento para os setores tradicionais - agiria no sentido de eliminar a renda diferencial apropriada pelos oligopólios;

d) daí, "enquanto ampliam-se os estratos modernos, aprofunda-se necessariamente a heterogeneidade estrutural". (op. cit. pg.188)

Esta "sobreposição de cortes transversais e horizontais" (25), implica no aprofundamento da marginalização social.

Assim é que o capitalismo brasileiro não pode ser pensado de forma alguma como um capitalismo qualquer e nem, muito menos, como um capitalismo particular. Ele é, isto sim, um capitalismo em que sua especificidade - a de ser subdesenvolvido e dependente - possui uma clara implicação econômica: a modernização é bloqueada nos setores mais avançados o que resulta em uma permanente dificuldade na realização do potencial da acumulação.

Conseqüentemente, a crise no capitalismo brasileiro não pode ser explicada por suas determinações mais gerais. Sua dimensão específica é dada por sua articulação na economia mundial enquanto uma economia dependente - vale dizer, sua incapacidade de gerar autonomamente e difundir o progresso técnico - que aliado à já citada heterogeneidade estrutural necessitaria de "alterações periódicas e intensas no esquema de concentração de renda e do produto, de maneira a justarse aos novos esquemas de assinação de recursos."

Desse modo, o essencial no capitalismo periférico, nesta fase de "internacionalização do mercado interno" para usar a expressão de Cardoso e Falleto, é que ele retém determinações específicas que, se escapsuladas em uma só expressão, poder-se-ia considerá-lo "dependente e heterogêneo".

Estas teses, como se sabe, inscrevem-se no quadro teórico da CEPAL, representando um aprofundamento e aplicação do referido marco teórico.

Paradoxalmente, ou não, o que o artigo possui de mais ousado é o seu elo mais débil, a saber: o extremo esforço de combinar analiticamente a riqueza, a modernização, com a pobreza e o atraso. A tentativa é rigorosamente clássica dentro da literatura do desenvolvimento econômico: uma visão da totalidade em que se descobre o específico a partir de um conjunto de determinações gerais.

A debilidade está no próprio método. Até que ponto os fenômenos - sobretudo o do atraso, da marginalização - são inteligíveis fora do seu próprio quadro histórico em que se desenvolveram? Este esforço de integrar o não integrável, faz com que os autores tenham que responder à exaustão, que há sempre uma complementariedade dinâmica entre o moderno e o atrasado. Vale dizer, é preciso encontrar uma dimensão analítica para o quadro de heterogeneidade que se observa historicamente. É possível encontrar tal racionalidade?

É aqui que o quadro parece ser mais insatisfatório (26).

Do mesmo modo isto se dá com o próprio conceito de dependência - conforme foi salientado anteriormente. É possível encontrar uma dimensão analítica para a dependência capaz de explicar o padrão industrial e sua dinâmica? Sabemos que no limite tal resposta supõe uma certa fatalidade para o desen-



volvimento periférico. O historiador francês François Bourricaud, em seminário realizado no México, em 1973, depois de localizar a história das noções de dependência e dominação na América Latina aos anos vinte, sobretudo com Haia de La Torre e o APRA, conclui: "De uma parte, o fenômeno da dependência fica reduzido ao processo de acumulação imperialista. E se se dá a este processo um caráter de fatalidade natural, se pode chegar até a tese de Gunder Frank. De outra parte, se toma em conta a industrialização que se desenvolve em um certo número de países latinoamericanos, especialmente Brasil e México. Mas ficam por explicar as relações muito complicadas entre o "externo" e o "interno", o tipo de intercâmbios que se realizam nas fronteiras das economias nacionais latinoamericanas, e das economias imperialistas."

Esforços analíticos semelhantes marcaram a literatura econômica nos anos 70. O livro "América Latina Ensaios de Interpretação Econômica" organizado por José Serra é um bom exemplo. O objetivo central desta coleção de textos era superar a noção de estagnação e ao mesmo tempo salientar o caráter dependente e excludente do novo padrão. A introdução do Prof. Serra ao livro é explícita: a superação da estagnação no Brasil só tinha sido possível pelo aprofundamento da exploração dos trabalhadores assalariados de base. A reconcentração da renda era necessária para financiar o consumo de bens de luxo (bens não básicos, no sentido sraffiano) pelos grupos médios.

Acrescenta-se ao argumento da necessária reconcentra-

ção da renda, um outro - o do caráter improdutivo do setor produtor de bens de luxo - cuja fundamentação teórica é bastante precária, mas nos serve aqui, como exemplo da extrema nacionalização em combinar analiticamente o progresso material com o limitado consumo das massas.

O argumento baseia-se na divisão (de inspiração marxista) da reprodução social em três seções: a produtora de bens de produção, a produtora de bens-salários e a produtora de bens de luxo. Se houvesse incremento da produtividade em S2 (bens-salários) ou indiretamente, se a produtividade aumentasse nos setores de S1 (bens de produção) que são insumos para S2, o resultado seria o barateamento do valor da força de trabalho e, conseqüentemente, aumento do excedente. Diferentemente, se o aumento de produtividade se concentrasse em S3 (bens de luxo), não baratearia a força de trabalho - que não consome estes bens - e portanto não aumentaria o excedente. Por isto, o setor é considerado improdutivo, limitando-se a consumir o excedente<sup>(28)</sup>.

Assim é que o novo padrão de desenvolvimento apesar de ter superado a estagnação - via reconcentração da renda - possuía uma lógica que repunha, reiteradamente, a estagnação no seu horizonte previsível. Tal se dá quando combinamos esta análise com a tese da heterogeneidade tecnológica.

É o que faz, por exemplo, Celso Furtado (1972), a partir de um quadro analítico distinto. Partindo da contradição

entre estrutura da demanda e da oferta, a partir da produção de bens de consumo duráveis, com alta relação capital/trabalhador, o progresso técnico tende a concentrar-se, não se difundindo para os demais setores detentores de uma baixa relação capital/trabalhador. A heterogeneidade tecnológica significa que, ao contrário dos países centrais, o incremento da produtividade nos países periféricos não se patenteia no barateamento dos bens-salários mas concentram-se na produção de bens de luxo. Vale dizer, o aumento da produtividade não passa para os salários, engendrando, portanto, maior concentração.

Desse modo, a contradição entre o perfil da demanda e o da oferta - que se colocava como questão central na segunda metade dos anos 50 - não tinha sido resolvida mas, ao contrário, se repunha sistematicamente. Por outro lado, a esta lógica perversa de acumulação, sobrepuñha-se o fato de que os setores de ponta que lideravam o processo eram, basicamente, filiais das empresas transnacionais, o que, assim, se entendia, internalizavam-se os mecanismos de dependência<sup>(29)</sup>.

A este ponto da exposição, convém sumarizar alguns resultados que nos parecem relevantes:

1) O pensamento da CEPAL possuía por paradigma teórico a questão da industrialização nacional. Esta questão supunha um marco teórico clássico; vale dizer: reconhecia-se que a industrialização em geral possuía uma trajetória que, descontados os elementos históricos particulares, poderia ser considerado normal<sup>(30)</sup>;

2) em oposição, a industrialização periférica encontrava sua especificidade exatamente por se afastar daquela trajetória;

3) assim é que, ao contrário das economias centrais, a economia periférica caracterizava-se por crescente heterogeneidade estrutural; agravada inclusive quando o processo de industrialização tinha se aprofundado;

4) esta especificidade, a heterogeneidade estrutural, não decorria da existência passiva de setores atrasados mas na reposição reiterada destes setores pelo quadro restrito da difusão do progresso técnico;

5) este último fenômeno, ao contrário de aproximar a trajetória da industrialização nacional periférica aos padrões das economias centrais, revelava-se inábil e perverso. Inábil porque aprofundava as diferenças e perverso porque excluía, progressivamente, amplas faixas da população;

6) a difusão restrita do progresso técnico, decorria, por sua vez, do caráter dependente da industrialização. Dependente porque não foram e, historicamente nunca tinha sido as necessidades da industrialização nacional que apontavam o futuro desenvolvimento mas, ao contrário, foi o sentido da expansão internacional do capitalismo que definia o futuro desenvolvimento. Este aspecto revelava-se modernamente pela incompatibilidade estrutural entre as condições da periferia e o padrão industrial baseado no S2;

7) a partir deste paradigma teórico é necessário ressaltar a agenda dos problemas que lhe são subjacentes. Esta agenda tem, conseqüentemente, um critério que realça não os traços tipicamente capitalistas (modernos) do desenvolvimento, mas os traços que compõem a especificidade deste desenvolvimento. Deste modo, tem-se que:

8) em primeiro lugar, o quadro da heterogeneidade estrutural manifesta-se em três dimensões. A heterogeneidade social tem a ver com a incorporação restrita da população trabalhadora nos setores econômicos modernos. É a dimensão estrutural do desemprego que conta. Por outro lado, a questão agrária, não resolvida pela industrialização agrava o quadro de marginalidade e desemprego. A outra dimensão da heterogeneidade é a espacial. Aqui a especificidade reside nas questões regionais e urbanas. Por fim, a heterogeneidade interindustrial diz respeito de um lado, aos distintos graus de modernidades tecnológicas e de outro, à complementação da matriz interindustrial, o que implica em problemas do lado do balanço de pagamentos;

9) em segundo lugar, e em conseqüência, o Estado aparecia como uma dupla função: de um lado o Estado programador e articulador do desenvolvimento e exercendo uma função empresarial; de outro, o Estado social, exercendo uma função de reforma capaz de compatibilizar as tensões sociais.

A ruptura deste paradigma teórico entre os economistas no Brasil se deu sobretudo a partir de duas teses críticas: "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", de

Conceição Tavares (1974) e o "Capitalismo Tardio" de Cardoso de Mello (1975)<sup>(31)</sup>. O propósito destas duas revisões foi um acerto de contas histórico e teórico com a tradição da CEPAL.

O eixo comum foi refazer a história da industrialização brasileira, tendo como abordagem principal a dinâmica e as vicissitudes da acumulação interna de capital. Esta revisão incorporava algumas teses consagradas de historiadores mais críticos, entre os quais Caio Prado Jr.<sup>(32)</sup>, que afirmaram o caráter mercantil-capitalista do processo colonial e, do ponto de vista teórico, incorporavam o ponto de vista de Ignácio Rangel - sobretudo da Inflação Brasileira - em submeter a lógica das categorias ao processo de valorização de capital. De um ponto de vista teórico mais geral, houve a tentativa, sobretudo de Tavares, de captar o sentido da expansão a partir da dinâmica oligopólica. Kalecki e Steindl são os autores estratégicos sobre este ponto<sup>(33)</sup>. Os elementos teóricos do ciclo industrial são todos incorporados e especialmente a questão da capacidade ociosa, ponto este também reconhecidamente do quadro teórico de Ignácio Rangel.

O esforço de revisão foi, portanto, no sentido de:

- compreender o processo de industrialização e a evolução econômica como determinado em última instância pelos fatores internos;

- supor que, em consequência, a América Latina não retinha uma especificidade capaz de unificá-la enquanto um objeto teórico comum;

- compreender o processo de industrialização como a constituição de bases materiais capazes de assegurar a autoreprodução do capital. O processo de reprodução e valorização do capital são concebidos como o sujeito principal do desenvolvimento econômico.

Vejamos agora tudo isto mais de perto. Nosso "fio" ordenador será, como sempre, indagar como está colocada, neste novo quadro, a questão da especificidade da economia brasileira.

Inicialmente veremos com Cardoso de Mello o conceito de capitalismo tardio e suas implicações teóricas-históricas.

Para Cardoso de Mello, trata-se de repensar a história do processo de desenvolvimento econômico brasileiro "enquadrado como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo, quer dizer, de um capitalismo que nasceu tardiamente". (pg.175)

Este atraso, avisa-nos o autor, não tem o mesmo sentido daquele utilizado por Gerschenkron em seu clássico trabalho sobre as industrializações retardatárias. A "diferenciação específica" está aqui duplamente determinada: - "por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais; - por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída." (idem, pg.98).

É esta dupla determinação que confere às industrializa-

zações periféricas, sua especificidade maior. Contudo, como fizemos notar anteriormente, este ponto de partida já se encontra em Fernando Henrique e, não há aqui maiores novidades. O importante vem a seguir: quais as implicações sobre o desenvolvimento que esta especificidade engendra? Ou, se quiser, qual é a dinâmica particular, específica, do capitalismo tardio?

Convém, portanto, acompanhar o que seria assim a problemática da industrialização retardatária. O autor nos dá os seguintes roteiros: i) a originalidade do capitalismo tardio reside em que a grande indústria surge e se consolida sem que surja concomitantemente um departamento produtor de bens de produção (D1); ii) sua peculiaridade provém de que o capitalismo nasce desacompanhado de forças produtivas capitalistas; iii) que em consequência, mesmo quando ocorre a industrialização ela pode manter-se restringida e, por fim, iv) "mesmo quando se completa, a dinâmica da acumulação se atrela às injunções do Estado e da grande empresa oligopólica estrangeira, sem nunca comportar-se na plenitude" (idem pg.177).

Trata-se, portanto, de um certo capitalismo que possui estas características, digamos historicamente determinadas. Não seria o caso de rever com o autor todo o percurso que faz de reinterpretação histórica, fiquemos portanto nos seus desdobramentos lógicos. O primeiro deles é uma proposição histórico-teórica que contempla a história moderna de A.L. em 3 tempos: o do nascimento do capitalismo como economia exportadora capitalista; o momento em que a industrialização é

dominante mas é bloqueada ou restringida; um terceiro momento de constituição das forças produtivas especificamente capitalistas. Em consequência desta periodização segue-se que o desenvolvimento das forças produtivas especificamente capitalistas representa a conclusão de um processo histórico que se inicia com "o capital sem capitalismo" em que as relações capitalistas se impõem sem que as bases técnicas estejam criadas. Este descompasso, traço peculiar do capitalismo tardio, gera fortes implicações, que sinteticamente são resumidas na idéia de industrialização bloqueada. A superação deste momento com a industrialização pesada constitui, portanto, a inauguração de uma nova etapa cuja problemática é, agora, típica das industrializações capitalistas. E o que ocorre com a especificidade deste capitalismo? Desaparece? Não propriamente, pois há ainda uma especificidade típica da industrialização tardia: a ruptura da industrialização restringida não se faz a partir do quadro econômico pré-existente, mas se dá, fundamentalmente, com a afirmação do Estado, sobretudo como produtor direto, e da dinâmica do "novo capital estrangeiro" baseado nas empresas transnacionais.

Este último elemento, não pode ser lido pela ótica do imperialismo ou da dependência e, este é outro importante desdobramento do Capitalismo Tardio. Para seu autor, ao estudar a fase inicial de formação e consolidação do capitalismo, deve-se partir "da dinâmica das economias nacionais latinoameri<sup>ri</sup>canas e, então, demonstrar de que modo as exportações de capital e a imigração se engancham nela e a transformam de dentro" (idem, pg.52). Este imbricamento entre economia nacional e

capital estrangeiro conforma uma unidade complexa que, se hierarquizada, apontaria, inequivocamente, para o primado dos elementos internos sobre os externos. Se alguma dependência existe é o das forças produtivas em relação à economia mundial: isto, já sabemos, até o momento da industrialização pesada em que são constituídos os elementos materiais necessários à autodeterminação do capital.

Está no Estado, portanto, o traço específico fundamental. Mas, pergunto: não será esta, a conclusão mais visível de Gershenkron e de todos aqueles que estudaram o capitalismo não original? Ou seja, se partirmos da hipótese do descompasso entre relações de produção e forças produtivas especificamente capitalistas e concluirmos daí o crescente papel do Estado, estaremos, por assim dizer, no "caso clássico". Mas é o próprio Cardoso de Mello que aponta a outra dimensão do capitalismo tardio e, já citada anteriormente. É o seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais. Aqui, deve-se interromper o discurso econômico: trata-se de perceber o Estado a partir desta outra dimensão, a do poder que se fundou modernamente, na economia exportadora, tendo por antecedente imediato o trabalho escravo. Esta história não pode ser reduzida à história econômica da industrialização. Ela não se apaga, por assim dizer, quando são constituídas as forças produtivas capitalistas, mas, permanece como um traço singular do capitalismo periférico.

Antes de explorar as consequências desta abordagem, convém avançar um pouco mais na caracterização do novo padrão

industrial a partir do já citado trabalho de Tavares.

De acordo com a autora:

"A economia brasileira, depois que seu processo de acumulação passou a estar basicamente determinado endogenamente pela expansão e diversificação do setor industrial, vale dizer alcançada determinada dimensão dos setores produtores de bens de produção e de consumo durável, está sujeita a ciclos de expansão e a problemas de realização que podem ou não desenvolver numa crise, como qualquer economia capitalista". (op.cit.pg.137) (grifo nosso).

Mas o que faz diferir o ciclo no caso brasileiro do modelo clássico é, fundamentalmente, "o peso do Estado e do capital estrangeiro, como determinantes "autônomos" do montante e da estratégia de investimento, na etapa de expansão." (op.cit.pg.137).

Hã, portanto, como se vê, uma clara concordância com Cardoso de Mello. Esta especificidade se articula com uma característica fundamental na economia brasileira determinada "pelo significado profundo das descontinuidades tanto em termos da incorporação e difusão restrita do progresso tecnológico, como das mudanças bruscas na composição da oferta industrial" (idem, pg. 137).

A difusão e incorporação restrita do progresso técnico constitui, como vimos, uma tese clássica no esquema teórico da CEPAL. Aqui, contudo, sua estrutura analítica é distinta. Com efeito, argumenta-se que o caráter restrito da difusão

do progresso técnico deve-se à assimetria da competição inter-capitalista. O corte relevante para captar esta assimetria é o que se estabelece entre pequena e grande empresa, empresa nacional e estrangeira, empresa privada e pública.

Assim é que as empresas estrangeiras possuem vantagens diferenciais (marcas, patentes, tecnologia, assistência técnica, marketing, acesso ao capital financeiro, etc) que são utilizadas para aumentar as margens de lucro dos oligopólios. A assimetria se patenteia pelo fato de que as empresas nacionais incluindo as públicas só tem acesso à tecnologia difundida. "Talvez seja devido ao fato reconhecido de sua incapacidade de controlar a tecnologia dominante ou adaptá-la às condições de produção locais, bem como ao alto preço que tem que pagar por certos processos, que se tem adotado a expressão não muito feliz de "Dependência tecnológica" (idem, pg.71)

Como se vê, o conceito de assimetria das estruturas de empresas pauta-se pela heterogeneidade tecnológica e financeira. O que se quer captar com este conceito é, com efeito, certa especificidade da estrutura industrial e não mais, como era a tradição da CEPAL, a anatomia de uma economia subdesenvolvida, em que o atraso combinava-se com a modernidade. Aqui o objeto que se procura investigar é o processo de acumulação industrial. Neste sentido, a especificidade do desenvolvimento econômico está inserido em um mesmo quadro de modernidade. A assimetria e a desigualdade, circunscrevem-se a este quadro.

Coerentemente, esta especificidade só pode dar conta

das questões que lhes são afins. Como se pode perceber, há um deslocamento da problemática do subdesenvolvimento. Trata-se agora de perquirir: o "modus operandi" do capitalismo monopolista em uma economia periférica que tem no peso do Estado e do capital estrangeiro sua especificidade maior. Esta especificidade produz fortes implicações sobre o movimento cíclico, particularmente na fase depressiva<sup>(34)</sup>.

Claro está que não é possível sacar desta especificidade qualquer mecanismo reiterativo do atraso ou de um aprofundamento da desigualdade entre os diferentes pólos da economia. Com efeito, a nova agenda dos problemas do desenvolvimento dizem respeito às vicissitudes da reprodução ampliada do capital em condições oligopólicas.

A esta altura da exposição já é possível sumarizar alguns aspectos que nos parecem essenciais a delimitar da forma mais clara possível o nosso ponto. O processo de superação do paradigma da CEPAL implicou na separação analítica de dois objetos distintos: de um lado o processo de acumulação de capital a partir do pólo moderno e especificamente capitalista da economia. De outro, a formação histórico-social das economias periféricas com seus antagonismos e problemas, digamos estruturais.

A escola da CEPAL, bem como toda a literatura do desenvolvimento econômico em geral, tinha por intenção fazer o discurso da economia periférica que no essencial era a denúncia da não propagação do desenvolvimento para o conjunto da

nação. Assim, o seu objeto era um só: o estudo de uma formação nacional que se desenvolvia desigualmente, recortada horizontalmente e transversalmente. Era este aspecto que, afinal, conferia a especificidade da economia periférica subdesenvolvida.

Ao separar os dois objetos, os economistas passam a se concentrar no processo de acumulação de capital cuja inteligibilidade é captada a partir de um discurso mais universalista em que o quadro de referência é um capitalista inespecífico. Neste sentido, não é possível nenhuma proposição explicativa para o núcleo de problemas que empolgava a economia da CEPAL: a miséria estrutural. Como se viu, estas questões só eram inteligíveis a partir de um quadro econômico heterogêneo. Se a análise possui agora o núcleo dinâmico da acumulação como objeto exclusivo, significa que o quadro econômico de referência é homogêneo.

Cumprido, portanto, formular o seguinte problema: se o núcleo de problemas que informava a agenda da CEPAL permanece, apesar da crítica ao seu paradigma, é possível afirmar que há uma região teórica descoberta, pelo menos no discurso do economista. Existem dois desdobramentos possíveis. O primeiro é afirmar que o centro daqueles problemas são plenamente inteligíveis dentro de um mesmo quadro teórico - o da modernidade do capitalismo - e que, em consequência, a especificidade reside em outra parte. O segundo, está em reconhecer que há uma região teórica descoberta e o problema é então construir certas mediações capazes de abrigar uma visão mais geral sobre a especificidade do capitalismo nacional.

330-98  
R6107

### NOTAS

- (1) Ver Rodriguez, Octavio - La Teoria del Subdesarrollo de la Cepal, siglo XXI; Baran, P. A Economia Política do Subdesenvolvimento - Zahar; Frank, A. Gunder - Capitalism and Underdevelopment in Latin America, Modern Reader, 1969; Amim, Samir - Le Développement Inégal - Ed. Minit, 1973.
- (2) Para enfatizar certas particularidades do subdesenvolvimento, contrói-se uma tipologia do capitalismo desenvolvido de discutível validade. Pode-se citar como exemplo, a tese cepalina da homogeneidade do centro. Ver Octavio Rodriguez, op.cit.
- (3) Veja-se, por exemplo, a polêmica entre Gudín em "A Mística do Planejamento" (1953) e Prebisch em "A Mística do Equilíbrio Espontâneo" (1953).
- (4) Veja-se a respeito as teses de Prebisch sobre a difusão restrita do progresso técnico, o comportamento do sistema de preços que está subjacente à teoria da deterioração dos termos de troca, etc. O principal documento é "El desarrollo económico de la América Latina Y algunos de sus principales problemas", Boletín Económico de América Latina, febrero de 1962 (primera versión: 1949).
- (5) Segundo Octavio Rodriguez, a heterogeneidade e a especialização era o eixo fundamental da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Ver La Teoría del Subdesarrollo de la CEPAL, op.cit.
- (6) Veja-se, entre outros, a tese seminal de Lourdes Sola.
- (7) É bem verdade que o projeto econômico liberal de 1964 possuiu vida curta. Em 1967, o discurso ideológico do Plano Económico de Desenvolvimento é completamente distinto: apregoa-se com muito maior ênfase as prioridades de crescimento e de planejamento. Ver Lourdes Sola, op.cit.

- (8) Prebisch, Raul - Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano, Fondo de Cultura Económica, México, 1963.
- (9) Furtado, Celso - "De l'oligarchie à l'état militaire" Les Temps Modernes, october, 1967.
- (10) Ver por exemplo os artigos de Francisco de Oliveira Furtado e outros na Revista Civilização Brasileira em 1965. Veja também o debate do PAEG feito no CONSPLAN, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.
- (11) Pinto, Aníbal - "La concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano". Trimestre Económico, nº 25, 1965.
- (12) Furtado, Celso - Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Civilização Brasileira, 1966.
- (13) Ver Além da Estagnação em colaboração com José Serra. Ver também o prefácio ao Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro (Zahar) feito por Carlos Lessa e à Guisa de Introdução, da autora.
- (14) Cardoso, F. Henrique e Falletto, E. - Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Zahar, 1967.
- (15) Sobre a história deste conceito ver a importante tese de Moacir G. Soares Palmeira - "Latifundium et Capitalisme au Bresil: Lecture Critique d'un Debat", Sorbonne, Paris, 1971.
- (16) Ver Clases Sociales y crises Política en A. siglo XXI, 1977
- (17) É o que responde a seu crítico de esquerda.
- (18) Ver Cardoso e Falletto, op.cit. pg.

- (19) Para uma história desta questão ver Hirschman, A. "Ideologies of Economic Development in Latin America, in A bias for hope. Essays on development and Latin America, Yale University Press, 1971 (publicado originalmente em 1961).
- (20) O que não significa necessariamente uma racionalização do militarismo na América Latina. Ver por exemplo, "Três Teses Equivocadas Relativas à Ligação entre Industrialização e Regimes Autoritários", de José Serra, em O Novo Autoritarismo na América Latina - Org. por Collier, D.Paz e Terra, 1982 (1a. Edição de 1979).
- (21) O artigo de Furtado analisado é o "Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista", incluído em Bianchi, A. (org.) América Latina: Ensayos de Interpretación Económica, Santiago, Ed. Universitária, 1969.
- (22) Para Fernando Henrique e Falletto a nova dependência corresponde a fase de internacionalização do mercado interno levando a efeito pelas filiais das empresas internacionais.
- (23) A autora cita especialmente Aníbal Pinto em "Diagnóstico, estrutura y esquemas de desarrollo en A. Latina e Luciano Martins em Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento, Edit. Saga, 1968.
- (24) Sobre este aspecto - o da tendência à heterogeneidade - a divergência é com Antonio B. de Castro, que em seu artigo "Agricultura, Emprego e Desequilíbrio Regionais - Perspectivas em Sete Ensaio sobre A Economia Brasileira - Forense, advoga uma perspectiva distinta em que o progresso técnico se generaliza na agricultura. Talvez a autora tenha caído aqui no caso em que ela mesmo adverte, com brilhantismo, na introdução de seu livro. Em um trecho ela declara: "O maior problema da teoria, entendida como um esforço de busca das leis gerais de movimento de um sistema, reside na própria dificuldade, quase ousaria dizer impossibilidade histórica, de que este esforço de totalização possa ser resolvido antes que as próprias determinações do sistema se encontrem configuradas". (op.cit.24)

- (25) Os bens de luxo representariam apenas um papel de realização da produção via consumo improdutivo dos capitais.
- (26) Ver Furtado, Celso - Análise do Modelo Brasileiro - Civilização Brasileira, 1972.
- (27) Ver, por exemplo, o recente artigo de Aníbal Pinto - "Centro, Periferia y Industrialización. Vigencia y Cambios en el Pensamiento de la Cepal" Trimestre Económico, nº 198, Abr/Junho, 1983.
- (28) Estes dois trabalhos podem ser considerados paradigmáticos por portarem uma proposta explícita de revisão metodológica, e teórico-histórica. Por outro lado, procuram incorporar abordagens novas sobre a história econômica. Especialmente o trabalho de Cardoso de Mello representa uma tentativa de interpretação marxista da formação do capitalismo no Brasil. Seu núcleo teórico baseia-se fundamentalmente no Capital de Marx. Desse modo, ao escolher estes dois trabalhos, não se está negando a importância de outras contribuições teóricas sobre o desenvolvimento e o capitalismo na América Latina e em particular no Brasil. É inegável, por exemplo, a importância de um pensador independente como Ignácio Rangel. A própria Cepal e seus principais expoentes como Raul Prebisch e Aníbal Pinto fizeram revisões e incorporaram novas temáticas. Veja-se por exemplo o recente artigo de Prebisch - "Cinco Etapas de mi pensamiento sobre el Desarrollo" Trimestre Económico, nº 198, de 1983. É largamente reconhecida a importância e influência de Fernando Fajnzylber sobre a caracterização do novo padrão industrial e partir do importante artigo "La expansión de las empresas transnacionales y su gravitación en el desarrollo latinoamericano" en Estudio Económico de America Latina, Cepal, 1970. Neste mesmo sentido devem ser considerados os trabalhos de Celso Furtado após o "Análise do Modelo Brasileiro". A lista dificilmente ficaria completa mas o ponto que interessa sublinhar é de que os dois trabalhos citados inicialmente são

- portadores de uma síntese crítica do paradigma da Cepal. Abrem assim uma forma distinta de dispor a problemática do desenvolvimento. De uma maneira muito imprecisa costuma-se denominar estes trabalhos e os seus desdobramentos como "pensamento de Campinas" por nuclear-se basicamente em torno do doutoramento em economia da Unicamp.
- (29) Especialmente a Revolução Brasileira, Brasiliense, 1966.
- (30) Kalecki, M. Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy, 1933-1970, Cambridge University Press, 1972. Dinâmica Econômica - Fondo de Cultura Econômica, 1973. Steindl, J. Marurity and Stagnation in American Capitalism - Oxford 1952, Blackwell.
- (31) Ver, por exemplo, páginas 137, 138, op.cit.